

TRIBUTÁRIA: Fiemg aponta desafios iniciais, mas avalia transição da reforma tributária como controlada



Presidente da entidade afirma que empresas mineiras estão mais preparadas e que a simplificação do sistema só será sentida após 2032.

A implementação da reforma tributária tem gerado ajustes e dúvidas entre contribuintes, mas, segundo a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), os impactos iniciais estão restritos a questões pontuais, sem indícios de falhas estruturais. A avaliação é do presidente da entidade, Flávio Roscoe, que destaca que a ausência de penalidades neste início de transição contribui para uma adaptação mais tranquila por parte das empresas.

De acordo com Roscoe, a flexibilização adotada pelo governo federal reduz a percepção imediata de risco entre os contribuintes. “Enquanto não há penalidades, as empresas testam os sistemas e fazem ajustes internos, mas sem grande pressão. Existe a possibilidade de erros, porém, neste momento, a situação está sob controle”, afirma.

Ano de testes e adaptação

Em 2026, as empresas de maior porte passam a informar nas notas fiscais os valores dos novos tributos sobre bens e serviços: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 0,9%, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com 0,1%. Neste primeiro ano, não haverá recolhimento efetivo dos tributos. A etapa tem caráter experimental e servirá para testar o sistema e auxiliar na definição das alíquotas futuras, de forma a manter a carga tributária atual.

Empresas optantes pelo Simples Nacional e microempreendedores individuais (MEIs) estão dispensados dessa obrigação. Além disso, neste período inicial, notas fiscais emitidas sem a informação dos novos tributos não serão rejeitadas, garantindo que as operações comerciais não sejam interrompidas.

Burocracia temporária

Para a Fiemg, o setor industrial tende a enfrentar, no curto prazo, um aumento da burocracia, em razão da convivência simultânea entre o modelo atual e o novo sistema tributário. “A simplificação é um dos principais objetivos da reforma, mas ela só será plenamente percebida depois de 2032,

quando o novo modelo estiver totalmente implementado”, ressalta Roscoe.

Apesar disso, o presidente da federação avalia que as indústrias mineiras demonstram maior preparo em comparação a reformas tributárias anteriores, justamente por reconhecerem a complexidade e a dimensão das mudanças em curso.

Impactos setoriais

Segundo a Fiemg, a reforma pode trazer vantagens específicas para empresas que deixarão de arcar com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Para aquelas que já não pagam o tributo, a expectativa é de neutralidade, sem impacto relevante na carga final.

No campo operacional, a Receita Federal informou que, desde 1º de janeiro, cerca de 2 mil municípios aderiram ao convênio para utilização da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e) no ambiente nacional. Após um episódio de lentidão registrado no início de janeiro, provocado pelo alto volume de acessos, o sistema foi reconfigurado e normalizado, sem novos registros de falhas que impeçam a emissão de notas.

Para a Fiemg, o cenário indica uma transição gradual, com ajustes ainda necessários, mas sem comprometer, por ora, o funcionamento das empresas e do sistema tributário em Minas Gerais.

Foto: Cartaz / Divulgação

<http://jornalpanfletus.com.br/noticia/7596/tributaria-fiemg-aponta-desafios-iniciais-mas-avalia-transicao-da-reforma-tributaria-como-controlada-em-10/07/2026-00:21>